

# LEI Nº 876

## INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNÍPIO DE ANGELINA, com o objetivo de propiciar apoio e suporte financeiro aos programas, projetos e atividades destinados à redução do déficit habitacional do município e proporcionar ,melhorar condições de vida às populações carentes.

Art. 2º - Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes da política Municipal de habitação serão aplicados em:

- I – Construção de Conjuntos Habitacionais;
- II – Construção e recuperação de habitações isoladas;
- III – Implantação de lotes urbanizados;
- IV – Instalação de equipamentos comunitários;
- V – Implantação de infra estrutura em conjuntos habitacionais;
- VI – Urbanização e regularização de favelas

Art 3º - Constituem recursos do Fundo:

- I – as dotações constantes do Orçamento do Município;
- II – as contribuições, subvenções e auxílios específicos de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- III – recursos provenientes de empréstimos internos e externos;
- IV – remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V – o valor total das prestações recebidas dos mutuários, provenientes das aplicações do Fundo em financiamentos de Programas Habitacionais;
- VI – doações, legados e contribuições;
- VII – outros recursos de quaisquer origem que lhe forem transferidos.

Art 4º - O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, deverá ser composto das indicações de membros das seguintes entidades:

- 01 – Vereador de cada bancada na Casa Legislativa
- 01 – Representante do Executivo
- 01 – Representante da Igreja Católica
- 01 - Representante da Igreja Evangélica
- 01 – Representante da Associação Comunitária de Betânia
- 01 – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angelina

Parágrafo 1º - A aplicação de recursos financeiros do Fundo, depende da autorização do Conselho Deliberativo do Fundo, podendo delegá-la ao Coordenador do Fundo na forma prevista em regulamento próprio.

Parágrafo 2º - Poderá a Administração do Fundo, firmar Convênio ou qualquer outro instrumento de divisão de encargos, com empresas estabelecidas no município, visando a construção de moradias populares aos seus operários de baixa renda e mais carentes, em terreno próprio ou outro preferencialmente nas proximidades do local de trabalho, com prévia autorização legislativa.

Parágrafo 3º - Toda e qualquer habitação ou benfeitoria particular construída com recursos do Fundo, ficará onerada com a Cláusula de Inalienabilidade pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, devendo a Administração do Fundo, participar como anuente ou interveniente em qualquer transação futura, visando preservar os objetivos do Fundo e impedir a comercialização, locação e sub-locação desses imóveis, com objetivo de lucro.

Parágrafo 4º - Nenhum cidadão poderá beneficiar-se com recursos do Fundo, por mais de uma vez, a não ser para melhorias e expansão do módulo inicial a critério do Conselho Deliberativo do Fundo.

Parágrafo 5º - O beneficiário firmará compromisso, sob presunção de verdade, de que não é proprietário urbano ou rural de qualquer imóvel, a não ser do terreno onde será edificada a casa que destinará à própria moradia e de sua família, a qual não poderá alienar, nem locar sem anuência da administração do Fundo.

Parágrafo 6º - Qualquer cidadão será parte legítima para denunciar benefício indevido do Fundo, destinados à pessoa, que não se enquadre nas normas de sua concessão ou desvio de finalidade de imóvel edificado com recursos desta Lei.

Parágrafo 7º - A Administração do Fundo fará publicar, para conhecimento geral, os nomes dos inscritos a qualquer benefício oriundo desta Lei, para impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.

Art 5º - O Fundo deve atender às disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e pelas Leis Estaduais aplicáveis, bem assim nas normas baixadas pelo Órgão Central do Sistema Municipal de Administração Financeira e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art 6º - As despesas para a execução desta lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária 060116482111.011 – 44.90.51.00.00

Art 7º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias, regulamentará por Decreto a presente Lei.

Art 8º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 02 de julho de 2002

AILTON LAUDELINO ANDRADE  
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL